Publicado na Folha de S.Paulo em 15/03/2023.

BOREALIS

Borealis Brasil S.A. - CNPJ nº 13.204.698/0001-09

Demonstrações Financeiras - exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.809	37.290
Contas a receber de clientes	6	64.168	66.580
Estoques	7	83.560	71.448
Impostos a recuperar	8	23.174	26.384
Outros créditos		3.723	1.794
Total do ativo circulante		222.434	203.496
Não circulante			
Impostos a recuperar	8	29.178	29.390
Depósitos judiciais	14	4.871	4.154
Ativo de direito de uso	9	2.056	1.472
Imobilizado	10	97.604	98.199
Total do ativo não circulante		133.709	133.215
Total do ativo		356.143	336.711
Passivo Circulante		**2022**	**2021**
Fornecedores	11	23.610	10.837
Partes relacionadas	13	2.177	6.226
Operações de Risco Sacado -	13	42.568	59.872
Impostos e contribuições a recolher		777	1.996
Salários, encargos e férias a pagar	12	6.383	6.424
Provisão para demandas judiciais	14	5.179	5.789
Passivo de arrendamento	9	1.264	790
Dividendos a pagar		2.739	15.063
Outras contas a pagar		1.372	2.013
Total do passivo circulante		86.069	109.010
Não circulante			
Outras contas a paga		205	136
I.R. e contribuição social diferidos	8	15.057	15.077
Provisão para demandas judiciais	14	4.615	3.350
Passivo de arrendamento	9	863	701
Total do passivo não circulante		20.740	19.264
Total do passivo		106.809	128.274
Patrimônio líquido	15		
Capital social		94.744	94.744
Reserva de capital		53	53
Reservas de lucros		154.537	113.640
Total do patrimônio líquido		249.334	208.437
Total do passivo e patrimônio líquido		356.143	336.711

Demonstração do resultado	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	16	565.146	514.539
Custos dos produtos vendidos	17	(467.725)	(420.080)
Lucro bruto		97.421	94.459
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	17	(10.715)	(8.975)
Administrativas e gerais	17	(19.091)	(15.955)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	99	26.439
Lucro Operacional		67.714	95.968
Receitas financeiras	19	9.612	4.741
Despesas financeiras	19	(3.286)	(4.324)
Receitas financeiras, líquidas		6.326	417
Lucro antes do I.R. e da contribuição social		74.040	96.385
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(20.424)	(18.581)
Diferidos		20	(14.382)
	8	(20.404)	(32.963)
Lucro líquido do exercício		53.636	63.422
Lucro por lote de mil ações - R$		566,12	669,41
Quantidade de ações ao final do exercício		94.743.513	94.743.513

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	53.636	63.422
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	53.636	63.422

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva para distribuição de dividendos	Lucros acumulados	Total
Em 1º/01/2021	94.744	53	11.089	49.769	5.897	-	161.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.422	63.422
Destinações: Reserva legal	-	-	3.171	-	-	(3.171)	-
Retenção de lucros (Nota 15)	-	-	-	45.188	-	(45.188)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(1.474)	(15.063)	(16.537)
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	4.423	(4.423)	-	-
Em 31/12/2021	94.744	53	14.260	99.380	-	-	208.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.636	53.636
Destinações: Reserva legal	-	-	2.681	-	-	(2.681)	-
Retenção de lucros (Nota 15)	-	-	-	38.216	-	(38.216)	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(2.739)	(2.739)
Em 31/12/2022	94.744	53	16.941	137.596	-	-	249.334

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	74.040	96.385
Depreciação	8.318	8.456
Perda na baixa de ativo imobilizado	623	59
Adição (exclusão) de provisão para obsolescência dos estoques - Nota 7	74	327
Provisão para demandas judiciais, trabalhistas - Nota 14	1.267	1.917
Transferências e variações monetárias de depósitos judiciais	(125)	704
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(91)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos financeiros	-	382
	84.197	108.139
(Aumento)redução nas contas a receber de clientes	2.412	(7.504)
(Aumento) redução nos estoques	(12.185)	(25.383)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	2.221	(40.266)
(Aumento) redução em outras contas do ativo	(1.929)	(1.586)
Aumento (redução) em fornecedores	12.773	(4.839)
Aumento (redução) em partes relacionadas Nota 13	(21.353)	27.641
Aumento (redução) em impostos a pagar	(1.219)	1.773
Aumento (redução) nas demais contas do passivo	(612)	4.657
Pagamento de depósitos e demandas judiciais	(1.204)	(6.729)
	(21.096)	(52.236)
Caixa gerado nas operações	63.101	55.903
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.424)	(17.613)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.677	38.290
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.223)	(3.457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.223)	(3.457)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos financeiros -	-	(11.421)
Amortização de juros sobre empréstimos financeiros -	-	(323)
Pagamento de contrato de arrendamento – Nota 9	(959)	(1.316)
Amortização de juros sobre arrendamento – Nota 9	(113)	(59)
Pagamento de dividendos	(15.063)	(1.474)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8.800)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(24.935)	(14.593)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	10.519	20.240
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	37.290	17.050
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	47.809	37.290

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1.1. Contexto operacional: A Borealis Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo a produção e a comercialização de produtos petroquímicos, derivados e correlatos, inclusive, mas não limitado aos polietilenos, polipropilenos, compostos de polietileno, compostos de polipropileno de produção própria e de terceiros, compreendendo a fabricação, o processamento, a industrialização, a mistura, a importação, a exportação, a comercialização e a distribuição desses produtos; a prestação de serviços no setor petroquímico e correlatos, inclusive a execução de estudos, projetos e demais atividades para implantação, operação e gestão de instalações industriais em qualquer parte do País ou no exterior. O acionista controlador da Companhia é a Borealis AG com 80% das ações, e os 20% restantes pertecem a Braskem S.A. A sede da Companhia está localizada na Avenida Osvaldo Berto, 700, Itatiba - São Paulo, onde também está sua unidade fabril. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023. **1.2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 e conflito Rússia x Ucrânia:** Com o advento da pandemia da COVID-19, a Companhia adotou e mantem medidas preventivas e mitigatórias, em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios. De maneira geral os efeitos do COVID19 e do conflito entre Rússia e Ucrânia, criaram dificuldades globalmente no Supply Chain, principalmente em nossos clientes, limitando o volume de vendas e consequentemente uma melhor performance da companhia, apesar do excelente resultado entregue. **1.3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **1.3. Normas novas que ainda não estão em vigor:** Não há normas CPC ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Administração faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Créditos Tributários – Icms na base de cálculo da pis e cofins** Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou a favor do contribuinte, com repercussão geral aos demais contribuintes, que na emissão de notas fiscais não há incidência do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins, nesse sentido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 realizamos o registro de créditos tributários que totalizam R$ 26.958 mil (R$ 17.792 mil, líquidos dos tributos diferidos passivos). Contudo em 08/02/2023 houve decisão STF nos temas 881 e 885 limites da coisa julgada, onde o STF pode cancelar decisões definitivas (transitadas em julgado) a partir da mudança de entendimento da corte em questões tributárias. Não realizamos quaisquer provisões relacionadas aos créditos tributários registrados em 2021, por ainda não estar claro se este tema será revisado e impactando a Companhia. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, liquidez e de fluxo de caixa e de taxa de juros. A diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **3.2. Análise de risco: a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 5) (i)	47.809	37.290
Contas a receber de clientes (Nota 6) (ii)	64.168	66.580
Depósitos Judiciais	4.871	4.154
Outros créditos	3.723	1.794
	120.571	109.818

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas. As principais linhas das demonstrações financeiras sujeitas a risco com taxa de juros são: • Caixa e equivalentes de caixa – Como medida de proteção para os riscos desta natureza, a Companhia adotou a contratação de aplicações financeiras com taxas pré-fixadas e negociadas no momento da aplicação. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil. (ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de seus clientes. A características dos clientes da Companhia, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia. aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Não há histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2022, 88% e 2021, 94% da totalidade dos títulos em aberto encontram-se a vencer. **b) Risco de taxa de câmbio:** É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os resultados da Companhia não estão suscetíveis a sofrer grandes variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio devido ao baixo volume de transações com moedas estrangeiras. Por outro lado, os preços de aquisição dos principais insumos utilizados no processo de produção são fortemente influenciados pelo indicador ICIS (Independent Chemical Information Service) e taxas cambiais (Nota 13). Para mitigar riscos de preço dos insumos adquiridos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços dos insumos e renegociando os preços de venda junto a seus clientes. A Companhia possui transações atreladas a moedas estrangeiras (Dólar americano e Euro) conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Moeda	2022	2021
Contas a receber clientes exterior:	Dólar	2.700	5.656
Passivo			
Fornecedores exterior:	Dólar	(1.575)	(1.590)
	Euro	(620)	(524)
Partes relacionadas:			
Borealis AG - Fornecimento de Matéria Prima	Euro	(862)	(3.836)
		(357)	(294)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	23.610	-	-
Partes relacionadas e risco sacado	44.745	-	-
Passivo de Arrendamento	1.264	545	318
Outras contas a pagar	1.372	205	-
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	10.837	-	-
Partes relacionadas e risco sacado	66.098	-	-
Passivo de Arrendamento	790	791	-
Outras contas a pagar	2.013	136	-

d) Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia tem contrato com seu principal fornecedor (Braskem) a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por meio de instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seu fornecedor adiante recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente o fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado / antecipado pelo fornecedor junto ao banco (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento original, contido no documento fiscal, o valor nominal total da obrigação, a qual está inclusa a taxa de juros (desconto) do banco.

	2022	2021
Risco Sacado	42.568	59.872
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(47.809)	(37.290)
Dívida líquida	(5.241)	22.582
Total do patrimônio líquido	249.334	208.437
Capital total	94.744	94.744
Índice de alavancagem financeira - %	-	24

4. Instrumentos financeiros por categoria: Os ativos e passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado

	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	47.809	37.290
Contas a receber de clientes	64.168	66.580
Outros créditos	3.723	1.794
Depósitos judiciais	4.871	4.154
	120.571	109.818
	2022	2021
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	23.610	10.837
Partes relacionadas	44.745	66.098
Passivo de Arrendamento	2.126	1.492
Dividendos a pagar	2.739	15.063
Outras contas a pagar	1.577	1.958
	74.797	95.448

5. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	31.784	7.219
Aplicações financeiras	16.025	30.071
	47.809	37.290

As aplicações financeiras referem-se, as operações compromissadas e CDB, em 2022 remuneradas a taxa de 10,93% a.a (2021 8.60% a.a). que representam 93%do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis sem penalidade, a qualquer momento

6. Contas a receber de clientes:	2022	2021
Clientes no país	58.472	59.154
Clientes externos	5.766	7.496
	64.238	66.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70)	(70)
	64.168	66.580

A movimentação da provisão para impairment do contas a receber de clientes está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	(70)
Constituição de provisão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(70)
Reversão da provisão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(70)

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia reconhece provisão geral baseada no histórico de inadimplência, de acordo com seu período de vencimento, sendo 50% para títulos vencidos acima de 6 meses e 100% para títulos vencidos acima de 12 meses. A Companhia não possui histórico de perdas do contas a receber com clientes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável: <30 dias	30-60 dias	60-90 dias	90-120 dias	>120 dias
2022	64.168	56.564	7.032	393	179	-	-
2021	66.580	62.529	3.973	78	-	-	-

7. Estoques	2022	2021
Produtos acabados	35.254	31.400
Matérias-primas e embalagens	44.943	35.533
Materiais de almoxarifado	4.203	4.290
Adiantamentos a fornecedores	-	992
Provisão para obsolescência	(840)	(767)
	83.560	71.448

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	(439)
Constituição de provisão	(330)
Reversão da provisão	3
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(766)
Constituição de provisão	(568)
Reversão da provisão	494
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(840)

Os custos dos estoques reconhecido e incluído em "Custos das Vendas" totalizou em 2022 R$ 467.725 e 2021 R$ 420.080.

8. Impostos a recuperar e diferidos

a) Impostos a recuperar	2022	2021
IPI	19.898	21.163
ICMS	154	3.587
PIS/COFINS	27.759	26.958
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	121	132
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado	58	129
IRPJ/CSLL	4.363	3.805
Total	52.353	55.774
(Menos): Ativo Circulante	(23.174)	(26.384)
Ativo não circulante	29.178	29.390

O saldo do IPI é proveniente de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que maioria dos clientes possui direito a suspensão. O saldo de Pis/Cofins se refere ao reconhecimento dos créditos da exclusão do Icms na base de cálculo desde março/2017 até dezembro/ 2021 no montante de R$ 26.958, sendo em 2022 realizada correção e compensações de pagamento de impostos federais. Os demais impostos federais referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício de 2022. A realização desses créditos se dará através de compensação com as contribuições previdenciárias (INSS), pedido de restituição junto à Receita Federal realizado judicialmente em janeiro 2023, onde foi pleiteado o montante de R$ 4.173, compensação com débitos gerados nas apurações Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o resultado projetado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 a 2027. Os créditos de PIS/COFINS, ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado serão realizados na operação rotineira de apuração mensal destes impostos, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2024-2027
Compensação de contribuições previdenciárias (INSS)	4.672	9.344
Pedido de restituição	12.110	7.788
Compensação de I. R. e Contribuição Social	2.724	8.710
Apuração mensal	3.668	3.336
	23.174	29.178

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

b) Impostos diferidos

Base de cálculo	2022	2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	70	70
Provisão para obsolescência de estoque	1.694	1.536
Provisão para participações nos lucros	4.036	4.058
Depreciação (i)	(37.411)	(33.088)
Provisão para demandas judiciais	9.794	9.139
Provisão para serviços prestados	390	556
Crédito de Pis e Cofins Exclusão Icms da base	(23.353)	(26.958)
Outras provisões	494	342
	(44.286)	(44.345)
Alíquota combinada (34%)	34%	34%
	(15.057)	(15.077)

(i) Refere-se ao efeito tributário sobre a diferença entre a despesa com depreciação com base na vida útil estimada e a depreciação calculada com base nos critérios fiscais.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das contingências e outros eventos. A movimentação dos tributos diferidos, líquidos está demonstrada a seguir:

Saldo de impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021	(15.077)
(-) Variação de diferenças temporárias	20
Saldo de impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2022	(15.057)

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos, bem como realizar os passivos tributários nos exercícios de 2023 a 2027, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2024	2025	2026	2027
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	70	-	-	-	-
Provisão para obsolescência de estoque	1.694	-	-	-	-
Provisão para participações nos lucros	4.036	-	-	-	-
Depreciação (i)	(7.482)	(7.482)	(7.482)	(7.482)	(7.482)
Provisão para demandas judiciais	5.000	2.397	2.397	-	-
Provisão para serviços prestados	390	-	-	-	-
Crédito de Pis e Cofins (nota 19)	(9.029)	(9.029)	(5.296)	-	-
Outras provisões	494	-	-	-	-
	(4.827)	(14.114)	(10.381)	(7.482)	(7.482)
Passivo diferido	34%	34%	34%	34%	34%
	(5.614)	(5.614)	(4.344)	(2.544)	(2.544)
Ativo diferido	3.973	815	815	-	-
Total Imposto diferido	(1.641)	(4.799)	(3.529)	(2.544)	(2.544)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do I.R. e da contribuição social	74.040	96.385
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	25.174	32.771
Adições (exclusões) temporárias		
Créditos Pis e Cofins (Exclusão Icms da base de cálculo)	-	(9.166)
Prejuízo Fiscal	-	(2.264)
Folha	-	(2.150)
Outros	14	(829)
	14	(14.408)
Adições (exclusões) permanentes		
Juros pagos sobre capital próprio	(3.400)	-
Juros sobre créditos Pis&Cofins excl.Icms	(1.522)	-
Outros	158	218
	(4.764)	218
I.R. e contribuição social no resultado do exercício	20.424	18.581
Imposto diferido	(20)	14.382
	20.404	32.263
Alíquota efetiva	28%	34%

9. Arrendamentos: A Borealis Brasil aluga empilhadeiras, uma plataforma elevatória para área logística e carros para área administrativa. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente os quais contêm termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial.

	2022	2021
a) Ativos de direito de uso:		
Ativo de direito de uso		
Equipamentos	10	85
Veículos	2.046	1.387
	2.056	1.472
Movimentações	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	1.472	1.966
Adições de novos contratos	1.707	1.372
Despesa de depreciação	(1.123)	(1.298)
Baixas de contratos	-	(568)
	2.056	1.472
b) Passivos de arrendamentos:	2022	2021
Circulante	1.264	790
Não Circulante	863	701
	2.126	1.491
Movimentações	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	1.491	2.003
Adições	1.707	1.372
Baixas	-	(568)
Juros	113	59
Pagamentos realizados	(1.185)	(1.375)
Saldo em 31 de dezembro	2.126	1.491
c) Saldos reconhecidos na demonstração de resultado	2022	2021
Depreciação dos ativos de direito de uso		
Equipamentos	75	73
Veículos	1.048	1.225
	1.123	1.298
Despesas com juros	113	59

10. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

	Taxas médias de depreciação % a.a	2022: Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2021: Líquido
Terrenos	-	3.819	-	3.819	3.819
Edificações	2	51.843	(24.002)	27.841	27.971
Máquinas e equipamentos	5	119.742	(62.146)	57.597	61.331
Instalações, benfeitorias e móveis e utensílios	4	14.459	(10.152)	4.307	4.304
Equipamentos de computação	4	7.137	(6.583)	554	695
Imobilizações em andamento	-	3.486	-	3.486	79
		200.486	(102.882)	97.604	98.199

b) Movimentação do custo e depreciação acumulada

	2021 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2022 Saldo final
Terrenos	3.819	-	-	-	3.819
Edificações	51.088	762	-	8	51.858
Máquinas e equiptos	119.689	2.305	(2.272)	(20)	119.702
Instalações, móveis e utensílios	14.040	561	(149)	(8)	14.444
Equipamentos de computação	7.115	109	(147)	(59)	7.018
Imobilizações em andamento	79	3.486	-	79	3.643
	195.830	7.223	(2.568)	-	200.485
Depreciação	(97.631)	(7.195)	1.944	-	(102.882)
Líquido	98.199	28	(623)	-	97.604

	2020 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2021 Saldo final
Terrenos	3.819	-	-	-	3.819
Edificações	50.389	-	-	699	51.088
Máquinas e equipamentos	117.565	-	(150)	2.274	119.689
Instalações, móveis e utensílios	13.803	-	(2)	239	14.040
Equipamentos de computação	7.275	-	(617)	457	7.115
Imobilizações em andamento	291	3.457	-	(3.669)	79
	193.142	3.457	(769)	-	195.830
Depreciação	(91.184)	(7.157)	710	-	(97.631)
Líquido	101.958	(3.700)	(59)	-	98.199

11. Fornecedores	2022	2021
Fornecedores nacionais	21.838	8.723
Fornecedores exterior	1.773	2.114
	23.610	10.837

12. Salários, encargos e férias a pagar	2022	2021
Provisão para participações nos lucros	3.850	3.965
Provisão de férias	1.948	1.726
Outros	585	733
	6.383	6.424

13. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições pré-estabelecidas entre as partes. A controladora direta e final da Companhia é a Borealis AG, situada na Austria. Os saldos das transações com partes relacionadas compunham-se na data do balanço como segue:

	2022	2021
Passivo		
Braskem S.A. - Fornecimento de matéria-prima	1.315	2.390
Borealis AG - Fornecimento de matéria-prima	862 3	.836
	2.177	6.226
Braskem S.A. - Fornecimento de matéria-prima – Risco Sacado		
Circulante	42.568	59.872
	44.745	66.098
Não circulante	-	-
Compras - Fornecimento de matéria-prima:		
Braskem S.A.	416.005	431.891
Borealis AG	4.159	22.907
	420.164	454.798

Adicionalmente, as negociações comerciais de novas compras de produtos junto à Braskem S.A. são impactadas pela variação do ICIS (Independent Chemical Information Service) e taxas cambiais, além de outros fatores, conforme contrato estabelecido entre as partes. Os prazos de pagamento de compra dos produtos de 2022 e 2021 foram de 60 dias. Remuneração do pessoal-chave da administração O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, foi de R$ 3.229 (R$ 2.435 em 2021), incluindo os encargos sociais. **14. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2022	2021
Cíveis e Trabalhistas	7.594	7.102
Tributárias Federal	2.200	2.037
	9.794	9.139
Passivo Circulante	5.179	5.789
Passivo Não Circulante	4.615	3.350
(-) Depósitos Judiciais – trabalhistas	(3.637)	(3.062)
(-) Depósitos judiciais – tributárias	(1.214)	(1.074)
(-) Depósitos judiciais – cíveis	(20)	(18)
	(4.871)	(4.154)
	4.923	4.985

	2021 Saldo Inicial	Adição à provisão	Pagamento	Reversão	2022 Saldo Final
Cíveis e Trabalhistas	7.102	1.325	(594)	(239)	7.594
Tributárias Federal	2.037	163	-	-	2.200
	9.139	1.488	(594)	(239)	9.794

A Companhia é parte em outros processos trabalhistas, cíveis e tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 2.454 em 2022 (R$ 2.402 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O montante do passivo circulante se refere a valor disponibilizado pela Companhia para acordos de ações trabalhistas em fase final de julgamento e execução. **15. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de 94.743.513 ações, ordinárias e sem valor nominal.

Acionista	Ações	Valor	Participação %
Borealis AG	75.794.811	75.795	80
Braskem S.A.	18.948.702	18.949	20
Total	94.743.513	94.744	100

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **c) Reserva de retenção de lucros:** Conforme requerido pelo art.196 da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo refere-se à retenção de lucros acumulados nos últimos exercícios, para utilização na expansão da fábrica e do negócio da Companhia. **d) Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Portanto os dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a 25% do lucro líquido descontado da reserva legal, totalizando R$ 12.739, onde R$ 10.000 foram pagos em novembro/2022 em forma de juros sobre capital próprio (JCP), restando R$ 2.739 a ser pago em 2023..

16. Receita líquida	2022	2021
Venda de produtos	722.073	669.525
Impostos sobre as vendas	(156.790)	(151.801)
Devoluções e abatimentos	(137)	(3.185)
Receita operacional líquida	565.146	514.539

17. Despesas operacionais por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Matéria-prima, insumos de ferramental e materiais de uso e consumo	438.570	393.923
Gastos com pessoal	27.999	23.636
Depreciação e amortização	8.318	8.456
Serviços de terceiros	5.220	4.699
Energia elétrica, água e telefone	7.862	6.754
Aluguel	324	79
Fretes sobre vendas	6.044	5.746
Marketing	76	58
Seguros	827	617
Viagens	984	210
Outros	1.308	832
	497.532	445.010
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	467.725	420.080
Despesas com vendas	10.715	8.975
Despesas administrativas e gerais	19.091	15.955
	497.531	445.010

18. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2022	2021
Venda de sucata	390	371
Crédito Pis e Cofins sobre exclusão do Icms na base de cálculo(i)	332	26.095
Baixa de ativos	(623)	(27)
Receita operacional líquida	99	26.439

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário ("RE") no 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o STF julgou os embargos de declaração opostos pela PGFN contra o acórdão do referido RE, onde decidiu-se que a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS era válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento desse RE, sendo assim, em 2021 a Companhia efetuou de 2017 a 2021 o cálculo do crédito tributário pelo valor destacado nas notas fiscais ("valor bruto"). Desta forma, foi registrado o montante de R$ 26.958 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Impostos a recuperar " no ativo circulante (nota 8), em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Receitas (despesas) financeiras, líquidas", nos montantes de R$26.095 e R$ 863, respectivamente. O efeito tributário deste reconhecimento são de R$9.166 reconhecido como imposto diferido passivo. Em 2022, houve nas rubricas "Outras receitas operacionais" complemento no montante de R$ 323 e "Receitas (despesas) financeiras, líquidas", atualização montante de R$ 4.477.

19. Resultado financeiro	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros	(114)	(1.059)
Variações monetárias passivas	(2.106)	(1.758)
Variações cambiais passivas	(530)	(552)
Outras despesas bancárias	(537)	(955)
	(3.286)	(4.324)
Receitas financeiras		
Juros	47	163
Variações monetárias ativas	7.437	2.097
Variações cambiais ativas	2.128	2.481
	9.612	4.741
	6.326	417

20. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais valores de coberturas são:

Risco coberto	2022	2021
Incêndio, raio e explosão	269.273	235.043
Lucros cessantes decorrentes de incêndio, raio, explosão, quebra de máquina e danos elétricos	110.482	69.022
Responsabilidade civil geral	15.000	10.000
Quebra de máquinas	3.500	3.500

21. Plano de previdência privada: A Companhia participa da VEXTY, entidade fechada de previdência privada, criada pela Odebrecht S.A., participando como uma de suas patrocinadoras conveniadas. Em 2022 a contribuição anual da patrocinadora foi de R$403 (R$342 em 2021). A VEXTY, proporciona aos participantes da empresa patrocinadora o Plano Optativo de contribuição definida, que consiste em um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e os mensais e anuais da patrocinadora. O Conselho deliberativo da VEXTY, composto por 5 membros, sendo dois eleitos pelos participantes, um indicado pela Braskem, um indicado pela Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) e um indicado pela Ocyan S.A., define prévia e anualmente, no plano de custeio, os parâmetros para as contribuições dos participantes e das companhias patrocinadoras. O risco atuarial da VEXTY está restrito ao valor total das quotas dos participantes **22. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **22.1. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Transações e saldos** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado. **22.2. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **22.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. O saldo de contas garantidas, quando utilizadas, são demonstrados no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **22.4. Ativos financeiros: 22.4.1. Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **22.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **22.4.3. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **22.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(i) Impairment de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, quando aplicável. **22.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **22.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques de revenda é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **22.7. Ativo imobilizado:** Estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem. As taxas de depreciação são revistas anualmente, com o objetivo de verificar se estão adequadas com a vida útil-econômica estimada do ativo. Para o exercício de 2022, a Administração não identificou variações na estimativa da vida útil do ativo, quando comparadas às utilizadas no exercício anterior. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **22.8. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia avaliou e não identificou indicativos de impairment, portanto, nenhum teste de impairment se fez necessário. **22.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A Companhia tem contrato com seu principal fornecedor (Braskem) a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por meio de instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seu fornecedor adiante recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **22.10. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. ***22.11. Provisões:*** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **22.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **22.13. Benefícios a empregados: Participação nos lucros** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **22.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **22.15. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a) Venda de produtos** A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado ou em alguns casos retirado na Companhia, sendo os riscos de obsolescência e perda transferidos para o cliente e este aceita os produtos, de acordo com o pedido de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite dos produtos foram atendidos. **b) Receita de juros** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é registrada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **22.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido após a constituição das reservas obrigatórias, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração. **22.17. Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Eide Francisco Garcia - Diretor Presidente;
Ricardo de Lima Félix - Diretor Vice-Presidente
Emerson de Oliveira Guimarães -Contador - CRC: 1SP-178316/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores e Acionistas Borealis Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borealis Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Borealis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Partes relacionadas:** Chamamos atenção para a Nota 13 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidadeoperacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 - José Nestor Gava Filho Contador CRC 1SP248379/O-7

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 14/03/2023 15:10:11 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25334

ICP Brasil